



## RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAINT – EXERCÍCIO DE 2015

19/02/2016

1

### I – Introdução

O presente Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT foi elaborado pela Auditoria Interna – AUD da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em consonância com a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria Geral da União – CGU, que determina que os resultados dos trabalhos de auditoria interna sejam apresentados por meio do RAINT, que conterà o relato das atividades de auditoria interna executadas em função das ações planejadas constantes do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT aprovado no exercício anterior.

A Auditoria Interna da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP é um órgão de assessoramento à Diretoria Colegiada, vinculando-se administrativamente à Diretora-Geral, em consonância com o estabelecido na legislação, tendo suas atribuições constantes no Regimento Interno da Agência.

### II – Descrição dos trabalhos de auditoria realizados de acordo com o PAINT:

Para a realização de suas atividades, a AUD procurou seguir o cronograma de execução previsto no PAINT/2015 da melhor forma possível. Contudo, devido a questões supervenientes, tais como demandas da Diretoria, dificuldade na disponibilização dos processos, além de trabalhos que demandaram um maior número de homens/hora do que o inicialmente previsto, houve necessidade de readequação do planejamento (cronograma de execução e alteração de algumas auditorias).

Durante o exercício de 2015, a AUD realizou 18 (dezoito) auditorias e expediu o mesmo número de relatórios contendo os resultados dos trabalhos, os quais foram devidamente encaminhados às Unidades Organizacionais da Agência – UORG's auditadas para conhecimento e manifestação. Após a área auditada elaborar plano de ação para o cumprimento das recomendações constantes dos relatórios, a AUD as analisa e atribui o *status* quanto ao atendimento da recomendação exarada, consistindo em: i) “atendida”, quando a UORG apresenta, ao longo do exercício, documento comprobatório da implementação da recomendação; ii) “em atendimento”, quando a UORG ainda não apresentou documento comprobatório de pleno cumprimento da recomendação, porém inicia estudos ou ações com vistas a dar cumprimento à recomendação expedida; e iii) “não atendida”, quando a UORG não apresenta proposta para implementação da recomendação dentro do prazo previsto.

Para a realização das auditorias foram utilizadas as principais técnicas de auditoria do setor público, tais como entrevistas e questionários, análise documental, verificação dos registros constantes dos controles regulamentares, verificação *in loco*, etc.

### III – Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos da ANP com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes.

Nos trabalhos realizados pela AUD foram examinados os controles internos administrativos da Agência, com base nos procedimentos e técnicas de auditoria aplicáveis ao setor público. As auditorias realizadas verificaram que, em sua grande maioria, os controles administrativos estão adequados e aderentes às normas internas da Agência. Contudo, foram identificadas algumas fragilidades pontuais nesses controles tanto nas unidades de apoio



**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA  
INTERNA – RAIN – EXERCÍCIO DE 2015**

19/02/2016

2

administrativo (atividade meio), quanto nas unidades finalísticas (atividade fim) e nas unidades de assessoramento (escritórios regionais).

Nas unidades de apoio administrativo, destacam-se as auditorias realizadas na Superintendência de Gestão de Pessoas – SGP e na Superintendência Tecnologia da Informação – STI. Nas unidades finalísticas, destacam-se os trabalhos realizados na Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – SPD, na Superintendência de Dados Técnicos – SDT e na Superintendência de Fiscalização do Abastecimento – SFI. Já nas unidades de assessoramento, destacam-se as auditorias realizadas no Escritório-Sede da ANP no Distrito Federal – EDF e no Escritório Regional de Minas Gerais em Belo Horizonte – EBH.

Os exames realizados na SGP revelaram que os controles utilizados no acompanhamento e na fiscalização dos processos são, em sua maioria, satisfatórios e aderentes aos normativos aplicáveis à administração pública. Identificou-se que a ausência de sistema informatizado adequado para controle de pagamento de adicional de periculosidade e de controle do registro de ponto eletrônico permitiu a ocorrência de falhas em decorrência do elevado número de lançamentos que tiveram que ser analisados individualmente por servidores da área.

No exercício das atribuições de assessoramento sobre assuntos relacionados ao controle interno (artigo 16, inciso II, do Regimento Interno da ANP), a AUD identificou falhas e distorções em reajustes contratuais ao responder a consultas efetuadas pela STI, o que levou à realização de uma auditoria específica, não prevista no PAIN/2015, com vistas a avaliar a regularidade dos controles e procedimentos administrativos adotados e aplicados pela STI na análise dos pedidos de reajuste e repactuação dos contratos de tecnologia da informação.

Os exames de auditoria comprovaram a existência de falhas na elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços – PCFP e na análise das repactuações, porquanto foram identificados custos não comprovados ou não incorridos pela contratada, o que permite inferir que os controles adotados pela STI no acompanhamento das repactuações devem ser aprimorados. Considerando que as falhas apontadas se originam, muitas vezes, nas PCFP's apresentadas na proposta vencedora da licitação, considera-se a necessidade de aprimorar os mecanismos de avaliação das propostas quando do julgamento na fase final dos certames, bem como a análise dos pedidos de reajustes, repactuações e revisões contratuais.

Os exames realizados no EDF detectaram elevados níveis de risco nos controles utilizados pela SFA/EDF na operacionalização dos registros de parcelamento de multas e arrecadação de receitas, fragilidades decorrentes da ausência de um sistema específico para controle dos parcelamentos e arrecadação de multas que possibilitasse conferir maior grau de exatidão às informações registradas e maior nível de automatização dos controles, haja vista o elevado número de parcelamentos em curso na ANP. Considerando que a metodologia empregada no controle dos parcelamentos dos débitos é realizada por meio dos sistemas Excel e Access, vislumbra-se a vulnerabilidade e obsolescência frente aos sistemas de informática atualmente existentes, exigindo-se a adoção premente de medidas corretivas. Nesse sentido, estão sendo desenvolvidos os sistemas de Gestão de Parcelamento de Créditos – GPC e de Gestão de Processos de Fiscalização – GPF.

A auditoria realizada na SPD objetivou avaliar os controles internos adotados na análise das contas prestadas pelas diversas universidades, relativas aos termos de cooperação firmados para o desenvolvimento dos Programas de Formação de Recursos Humanos – PRH's. A amostra escolhida contemplou prestações de contas provenientes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mais especificamente dos PRH's n<sup>os</sup> 13, 21 e 35.



**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA  
INTERNA – RAIN – EXERCÍCIO DE 2015**

19/02/2016

3

Os exames de auditoria revelaram que os controles utilizados pela SPD na gestão e fiscalização dos termos de cooperação auditados se afiguram, em sua grande maioria, insatisfatórios sob o prisma dos princípios e normativos aplicáveis à administração pública. A área auditada não adotou uma metodologia para análise das prestações de contas relativas aos PRH's, pois foram encontrados lançamentos contábeis que não estavam suficientemente embasados por documentos hábeis a comprovar a real existência e/ou pertinência das despesas. Em razão dos trabalhos de auditoria, houve uma reformulação da UORG, com nomeação de novo coordenador de atividades, elaboração de um planejamento específico no que concerne à revisão e implantação de novos procedimentos, além de ter sido criada uma força-tarefa para analisar as prestações de contas ainda pendentes.

O escopo da auditoria realizada na Superintendência de Dados Técnicos – SDT abarcou a análise do envio dos pacotes de dados técnicos vendidos pelo BDEP e o respectivo crédito dos recursos, assim como a verificação da relação das fiscalizações realizadas pela SDT, relatórios finais e publicações enviadas pelas universidades à ANP que tenham utilizado os dados do BDEP. Os exames de auditoria não detectaram distorções relevantes na gestão do BDEP, mas a necessidade do aperfeiçoamento dos controles internos, principalmente no tocante aos dados disponibilizados, bem como no que se refere à aplicação de penalidades previstas na Lei nº. 9.847/1999, tendo em vista a morosidade no andamento dos processos de cobrança de multas. A área auditada está implementando as recomendações da AUD.

Destaca-se a auditoria realizada no EBH, que analisou o planejamento operacional das ações de fiscalização do abastecimento a cargo daquela UORG. Os exames de auditoria revelaram que o planejamento operacional das ações de fiscalização é passível de aperfeiçoamento, principalmente no tocante aos aspectos formais ligados à transparência dos atos de gestão, já que foram identificadas fragilidades no registro histórico de informações, prejudicando a avaliação de riscos das ações.


Houve diversas outras ações de auditoria, durante o ano de 2015, que resultaram na consolidação e aprimoramento dos controles internos da Agência, elas não foram citadas especificamente como as anteriores pelo entendimento de tratarem-se de trabalhos realizados regularmente, além de alguns serem de follow-up de auditorias realizadas em exercícios anteriores.

Apesar das falhas detectadas, o ambiente organizacional da ANP tem por ideal que as ações realizadas propiciem o cumprimento de suas atribuições de maneira eficaz, eficiente e com a necessária economicidade. Os controles internos existentes na Agência propiciam que seus servidores exerçam suas atribuições com apuro técnico, responsabilidade e controle, sempre visando a adotar as melhores práticas na execução de suas atividades.

**IV – Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, indicando sua motivação e seus resultados.**

No exercício de 2015 foram realizadas 04 (quatro) auditorias não previstas no PAINT, a saber: 02 (dois) na Superintendência de Gestão de Pessoas – SGP, 01 (um) na Superintendência de Comunicação Institucional – SCI e 01 (um) na Superintendência de Tecnologia da Informação – STI.

Os trabalhos sobre as ações de capacitação e acompanhamento dos estagiários foram motivados em razão de experiências de relatórios anteriores sobre o assunto e pela importância das ações de capacitação para a entidade. Nesses trabalhos, percebeu-se uma

	<b>RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAIN – EXERCÍCIO DE 2015</b>	19/02/2016
		4

sensível melhora nos controles internos administrativos da área de gestão de pessoas, demonstrando o benefício das ações de auditoria para o aprimoramento dos atos de gestão.

O trabalho na STI, conforme já explicitado anteriormente, foi motivado por falhas e distorções identificadas em reajustes contratuais quando da resposta a consultas efetuadas pela UORG.

O trabalho na SCI foi realizado em razão da materialidade do contrato de serviço de publicidade e de seu término durante o exercício, além de não terem sido realizadas ações de auditoria na referida UORG nos dois anos anteriores.

**V – Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINTE não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão.**

a) Acompanhamento e fiscalização da cláusula de investimento em P&D: tendo em vista a mudança de regulamentação sobre o assunto, houve o remanejamento para o exercício de 2016;


b) Verificação de relatórios gerenciais e de contabilidade da Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa – SFA: considerando que a SFA utiliza sistemas que emitem relatórios gerenciais e diante da análise permanente realizada pela AUD quanto aos controles e sistemas empregados pela UORG, houve a supressão do referido trabalho para dar lugar a ações com maior risco e relevância;

c) Avaliação dos procedimentos e controles internos da SFI relacionados ao acompanhamento de guarda do material de terceiros em decorrência das ações de fiscalização: os trabalhos de auditoria chegaram a ser realizados, com a elaboração do respectivo relatório. Entretanto, diante da prorrogação do prazo para conclusão das atividades do grupo de trabalho especialmente criado pela Diretoria para analisar o tema, houve consenso no sentido de que o relatório seria inconclusivo sem analisar a atuação e os resultados obtidos pelo referido grupo de trabalho.

**VI – Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias.**

Durante o ano de 2015, não houve modificação quantitativa no quadro funcional da AUD. Entretanto, a auditoria na STI, que não estava inicialmente prevista, demandou ajustes nas horas programadas, além de os trabalhos de campo da auditoria realizada na SPD terem demandado um quantitativo maior de horas do que o previsto inicialmente.

Foi mantido o procedimento de encaminhar versão preliminar do relatório de auditoria para UORG auditada, possibilitando incrementar as ações com os comentários e apresentar novas informações e/ou documentos que, por algum motivo, não haviam sido levados ao conhecimento da AUD durante os exames. Somente após a manifestação formal da UORG auditada e a análise dos comentários apresentados é que a versão final do relatório de auditoria é encaminhada à UORG e à Alta Direção da ANP. Esse procedimento, além de estar alinhado às boas práticas de auditoria preconizadas pela CGU – Capítulo X da Instrução Normativa nº. 01, de 06 de abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, tem assegurado uma excelente interação com os auditados, com obtenção de bons resultados na implementação das recomendações expedidas.

	<b>RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAINT – EXERCÍCIO DE 2015</b>	19/02/2016
		5

A não disponibilização da licença de uso do software SIAUD, desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que estava previsto para o fim do primeiro semestre de 2015, apesar de não ter se refletido em prejuízo para as ações de auditoria, possibilitaria uma agilidade maior e otimização no acompanhamento das recomendações e determinações dos órgãos de controle e da auditoria interna.

Alguns dos resultados obtidos:

- a) O PAINT/2015 foi atendido de maneira satisfatória, com a realização de 18 (dezoito) das 20 (vinte) auditorias previstas;
- b) Foram encaminhados 147 (cento e quarenta e sete) memorandos para diversas áreas da ANP;
- c) Foram coordenadas as respostas a 64 (sessenta e quatro) ofícios advindos de órgãos de controle (CGU e TCU);
- d) Participou-se ativamente na elaboração de respostas para as consultas advindas da Lei de Acesso a Informação;
- e) Foram elaboradas 15 (quinze) notas técnicas no exercício das atribuições de assessoramento para assuntos relacionados ao controle interno da entidade (artigo 16, inciso II, do Regimento Interno da ANP).

#### **VII – Descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados.**

As ações de capacitação desenvolvidas ao longo de 2015 encontram-se no anexo.

#### **VIII – Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINT, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor**

No exercício de 2015 foram emitidas 98 (noventa e oito) recomendações, sendo que desse total, 69 estão em atendimento e 29 foram atendidas no exercício.

#### **IX – Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício**

A atuação da AUD visa a aprimorar a cultura de controle na Agência. Dentre os benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício de 2015 podem ser citados: i) elaboração de novos procedimentos técnicos objetivando mitigar riscos associados a atividades; ii) atualização de instrução normativa referente a ações de capacitação; iii) atualização e definição de regras para concessão de benefício de adicional de periculosidade; iii) demonstração da necessidade de se investir em soluções de tecnologia da informação para o aprimoramento e automatização dos processos da ANP, o que foi prontamente apoiado pela direção da entidade; iv) demonstração da necessidade de conferir maior transparência aos atos de gestão da Agência, principalmente após a edição da Lei de Acesso a Informação; e iv) recuperação de recursos.



**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA  
INTERNA – RAIN – EXERCÍCIO DE 2015**

19/02/2016

6

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016.

**ANTONIO CARLOS NEVES DE MATTOS**

Auditor



**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA  
INTERNA – RAINT – EXERCÍCIO DE 2015**

19/02/2016

7

**ANEXO**

**AÇÕES DE CAPACITAÇÃO AUDITORIA - 2015**

<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO EFETIVO</b>	<b>EVENTO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
ANTONIO CARLOS NEVES DE MATTOS	AUDITOR	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	ANP	8
ANTONIO CARLOS NEVES DE MATTOS	AUDITOR	ELABORAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E REPACTUAÇÃO - 3 ED.	ESAF	24
ELAINE ROSA RIOS	AADM	LEI 8112/90 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E MP	ANP	24
ELAINE ROSA RIOS	AADM	CONTROLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Tribunal de Contas da União	30
LEONARDO CLEMENTE CARDOSO	AADM	12 SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	ESAF	40
LEONARDO CLEMENTE CARDOSO	AADM	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	ANP	8
MARCIO SANTOS DE MELLO	AADM	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	ANP	8
MARCIO SANTOS DE MELLO	AADM	ELABORAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E REPACTUAÇÃO - 3 ED.	ESAF	24
MARCIO SANTOS DE MELLO	AADM	ESCOLA DE LÍDERES - MÓDULO COORDENADORES - PRIMEIRA TURMA	FUNDAÇÃO DOM CABRAL	64
MARCIO SANTOS DE MELLO	AADM	AUDITE AGÊNCIAS - IX ENCONTRO DAS AUDITORIAS INTERNAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS.	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA	28
REGIS DO NASCIMENTO BEVILAQUA	AADM	GESTO DE PROCESSOS - MÓDULO FACILITADORES	FGVTN BRASIL LTDA	24
REGIS DO NASCIMENTO BEVILAQUA	AADM	CONTROLES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIO	30
REGIS DO NASCIMENTO BEVILAQUA	AADM	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E GESTO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIO	30



**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA  
INTERNA – RAIN – EXERCÍCIO DE 2015**

19/02/2016

8

REGIS DO NASCIMENTO BEVILAQUA	AADM	PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS	16
REGIS DO NASCIMENTO BEVILAQUA	AADM	LEGISLAÇÃO E CÁLCULOS TRABALHISTAS COM BASE NA IN SLTI/MPOG N 2/2008 E ATUALIZAÇÕES DA IN 06/2013 - 7 EDIÇÃO	ESAF	20
REGIS DO NASCIMENTO BEVILAQUA	AADM	AUDITE AGÊNCIAS - IX ENCONTRO DAS AUDITORIAS INTERNAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS.	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA	28